

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 5 DE NOVEMBRO DE 2013

ACTA N.º 7/2013

(CONTÉM 8 PÁGINAS)

Por convocatória do 1º Secretário, em substituição da Presidente da Assembleia Municipal, datada de 29 de outubro de 2013, reuniu a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, no Mini Auditório, pelas 09.30 horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Revisão da Tabela de Taxas e outras Receitas Municipais.
2. Concurso Público - Requalificação do Parque de Campismo Municipal de Santa Luzia. Assunção de Compromissos Plurianuais.
3. Derrama para vigorar em 2014;
4. Participação Variável no IRS para o ano 2014;
5. Imposto Municipal sobre Imóveis, taxas a vigorar em 2013 e liquidação em 2014;
6. Taxa Municipal de Direitos de Passagem (ano de 2014);

Verificou-se a ausência dos membros a seguir mencionados: Maria Virgínia Lopes Preto que apresentou justificação de falta, tendo sido considerada justificada.-----

Estiveram presentes os seguintes membros: Jacinta de Jesus Borrecho Raposo Fernandes, António Augusto Castro Carção, Carlos do Nascimento Ferreira, Ivete Maria Martins, Antero Correia Besteiros, Alberto Afonso Martins, Mário da Conceição Bartolomeu Torrão, Jacinto dos Santos Afonso, Hermínia Delgado Fernandes, Ivo Manuel Raposo Mendes, Sérgio Filipe Miranda João, Carla Sandra de Almeida Vaz Rodrigues, Valdemar da Assunção Gonçalves, André Filipe João Pires, Carlos Eduardo Córdova Pera, José Marcelino Antão, Esmeraldino Adérito Raposo Fernandes, António Rodrigues Barbosa, Manuel Guerra Gonçalves, Gonçalo José Peres Santos, Ezequiel dos Ramos Raposo,

Norberto Fernando Ferreira, Francisco Cândido Preto, Orlando Seixas Vaqueiro, José Luís Almendra, José Maria Pino em substituição de Alfredo José Garcia Cameirão e Adérito dos Santos Martins. -----

A Presidente da Mesa, Jacinta Raposo Fernandes, declarou aberta a sessão eram nove horas e quarenta minutos.-----

**De imediato e nos termos do nº 3 do art.º 44 da Lei 169/99, de 18 de setembro, a Presidente da Assembleia Municipal verificou a identidade e legitimidade da eleita Ivete Maria Martins, natural de França, residente na freguesia de Miranda do Douro, concelho de Miranda do Douro, portadora do Cartão de cidadão nº 09303783, válido até 27/02/2014, por ter faltado, justificadamente, ao ato de instalação da Assembleia Municipal e declarou-a investida nas suas funções. -----**

Dando de seguida início aos trabalhos agendados: -----

#### **1 - REVISÃO DA TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS;-**

A Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentar o documento em apreço, que informou decorrer da lei esta revisão.

Inscreveram-se para intervir neste ponto os seguintes membros: -----

**António Carção:** Referiu que esta reunião, mais parece uma ordinária, que só o ponto 2 aparenta ser extraordinário. -----

Disse abster-se neste ponto, por ser contra o aumento de taxas. -----

**Ivete Martins:** Vota contra este ponto por entender que existem outros meios para não aumentar as taxas, nomeadamente a fiscalização de obras ilegais. -----

**José Almendra:** Refere já ter pertencido aos vários órgãos do Município e que todas as pessoas que deram a cara estão de parabéns e merecem todo o respeito. -----

Relativamente às taxas, defende que são os técnicos que devem explicar o porquê desta revisão e não o Presidente da Câmara. -----

**Presidente da Mesa:** Concorda com o presidente da Junta de Sendim, José Almendra, quando se referiu ao respeito pelas pessoas agora presentes nesta Assembleia. -----

**Presidente da Câmara:** Em resposta ao deputado António Carção, lembrou que a maioria dos assuntos por obrigação da lei tem prazos a cumprir e por isso a antecipação dos mesmos nesta sessão extraordinária. -----

Em relação ao exposto pela deputada Ivete Martins, disse que, se tem conhecimento de obras ilegais no concelho, deveria informar das mesmas. Quanto ao documento em apreço, referiu que o que está em causa não é uma questão de estratégia mas sim de cumprimento da lei. -----

**Ivete Martins:** Solicitou novamente a palavra para dizer ao Presidente da Câmara que não lhe compete a ela mencionar obras ilegais, mas sim aos fiscais da Câmara por ser esse o seu trabalho. -----

**António Carção:** Repudiou o referido pelo Presidente da Câmara sobre denunciar as obras ilegais, que não é correto pois a Câmara tem funcionários para fazer esse trabalho. -----

**Presidente da Mesa:** Em relação ao que foi dito sobre as obras ilegais, informou que os assuntos trazidos a esta Assembleia não devem ser aquilo que “se ouviu falar”, mas sim, de coisas em concreto. -----

Colocada a votação a referida Revisão, foi a mesma aprovada por maioria dos presentes com um voto contra da deputada Ivete Martins e cinco abstenções, nomeadamente dos deputados António Carção, Gonçalo Peres, Hermínia Fernandes, Mário Torrão e André Pires. -----

Foi ainda, aprovado este assunto em minuta. -----

## 2 - CONCURSO PÚBLICO - REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DE CAMPISMO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA. ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS; -----

O presidente da Câmara no uso da palavra, explicou que é uma candidatura e um investimento que ultrapassa o ano civil de 2013. Tendo este que ir a visto do Tribunal de Contas, tem alguma urgência a sua aprovação. -----

**António Carção:** Referiu que por fim há uma obra comunitária e se está a cumprir a lei. -----

Relativamente à obra em referência, colocou algumas questões, nomeadamente, se a Câmara tem algum plano estratégico na forma como vai ser gerido; se vai funcionar todo o ano ou só no verão, se vai ser dado a exploração ou por gerência própria, e, se vai ter bungalows é da opinião que vai haver concorrência desleal em relação às camas da Cidade. -----

**Alberto Martins:** A sua dúvida é, se o Parque de Campismo está integrado num Plano Estratégico do Município em articulação com as demais valências existentes como por exemplo a piscina descoberta. Parece-lhe de bom-tom, terem conhecimento do projeto e de todos os documentos que auxiliem na aprovação deste assunto. -----

**Ivete Martins:** Colocou algumas questões; se os fundos são específicos para o Parque de Campismo ou se podem ir para outros serviços de bem comum. Questionou ainda a estratégia do seu funcionamento, quem vai explorar o Parque, e/ou, quantos funcionários vai ter. -----

**Carlos Ferreira:** Fazendo a sua intervenção em Mirandês, começou por falar que no início toda a gente tem dúvidas de como funciona uma Assembleia Municipal, mas que o importante é a sua forma. -----

Acrescentou que o Executivo tem uma função que é a de propor à Assembleia Municipal, sendo este apenas um ato Concursal. Pensa que aqui

não se devem debater questões que não são da competência da Assembleia Municipal. -----

Foi dada a palavra ao **Vereador Ilídio Rodrigues** que informou que o processo está na Divisão de Obras Municipais, para quem quiser consultar. Disse ser uma Unidade fundamental para a cidade. Que existe agora a hipótese de ser licenciado, o que não aconteceu nestes anos de funcionamento. Não concorda que haja uma concorrência desleal com as camas existentes. Sobre a estratégia de funcionamento respondeu que tudo depende do governo, para poder contratar pessoal. -----

**Presidente da Câmara:** Informou ainda que é um investimento integrado numa serie de candidaturas. Que a Câmara tem projetos para o que for renovado em termos de desporto e que todos agora têm de ter viabilidade económica. -----

Sobre as autocaravanas, referiu que são carros normais que podem estacionar onde quiserem, que nada os obriga a estacionarem no Parque de Campismo. O serviço a prestar a estes será o tratamento dos saneamentos. -----

Lembrou ainda que o Parque de Campismo com esta remodelação vai ficar em condições de ser licenciado, já que nunca o foi. -----

**Alberto Martins:** É sua opinião que deve haver abertura para se poder falar de tudo, pela responsabilidade que cada um tem nesta Assembleia. -----

Colocada a votação a assunção de compromissos plurianuais referente ao Concurso Público - Requalificação do Parque de Campismo Municipal de Santa Luzia, foi a mesma aprovada por maioria dos presentes com seis abstenções, nomeadamente dos deputados António Carção, Sérgio João, Alberto Martins, Mário Torrão, Ivete Martins e André Pires. -----

Foi ainda, aprovado este assunto em minuta. -----

**3 - DERRAMA PARA VIGORAR EM 2014;** -----

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que fez uma breve alusão aos pontos 3, 4 e 5 por estarem relacionados e fazerem já parte do PAEL. Agora é uma questão de manutenção das taxas enquanto a vigência do PAEL. -----

Inscreveram-se para intervir neste ponto os seguintes membros: -----

**António Carção:** Vota contra a derrama, acrescentando que a mesma é mínima mas que não é obrigatória. -----

**José Almendra:** Lamenta que a EDP pague tão pouco, e que os valores deviam ser repartidos pelas freguesias. -----

**Jacinto Afonso:** Elogiou o executivo pelo seu rigor e clareza. Referiu que é importante o que foi feito até aqui e será no futuro, que tem dado provas. É da opinião que a vertente económica é preocupante, mas que está a ser corrigida.

**Carlos Ferreira:** Fazendo a sua intervenção em Mirandês, disse que também é importante terem uma postura algo didática, passando a definir o que é a derrama. -----

**Ivete Martins:** Chamou a atenção do 1º Secretário, Carlos Ferreira, por falar em Mirandês, dizendo que não entende o que diz. -----

**Carlos Ferreira:** Lamenta que a deputada Ivete Martins não saiba falar Mirandês, ou que não entenda. Frisou que, em 16 anos nunca ninguém o tinha questionado sobre o mesmo. -----

**Presidente da Câmara:** Referiu que o governo está preparado para fazer mais cortes às autarquias, no entanto, estamos a fazer uma gestão equilibrada, temos que nos ajustar aos cortes do governo, disse. -----

Foi dada a palavra ao Vereador Ilídio Rodrigues onde frisou que se avançou no PAEL com determinadas receitas e uma delas é a derrama, pergunta se a querem substituir e por qual? Confirmou que queriam atingir apenas a EDP.

Quanto às taxas da água, afirmou que no distrito, o concelho de Miranda é o que menos paga. -----

Colocado o assunto a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com os votos contra dos deputados António Carção, Ivete Martins e Sérgio João, e abstenções dos deputados André Pires, Alberto Martins, Mário Torrão e Hermínia Fernandes. -----

Foi deliberado ainda aprovar este assunto em minuta. -----

#### **4 - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA O ANO 2014;** -----

Perante o documento apresentado, inscreveram-se para intervir neste ponto os seguintes membros: -----

**José Almendra:** Começou por criticar desde a mesa, a deputados por nesta assembleia explicarem assuntos como se esta fosse uma nulidade. Quanto ao ponto em questão, é a favor dos impostos se este não forem às cegas. Refere que as Juntas de freguesia deveriam receber o que há três anos não recebem das transferências da Câmara. -----

**António Carção:** É sua opinião que votar a favor deste ponto é o mesmo que votar contra ele próprio. -----

Colocado a votação este ponto, foi o mesmo aprovado por maioria, com os votos contra dos deputados António Carção, Alberto Martins, Sérgio João, Ivete Martins, Hermínia Fernandes e Mário Torrão. -----

Foi deliberado ainda aprovar este assunto em minuta. -----

#### **5 - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, TAXAS A VIGORAR EM 2013 E LIQUIDAÇÃO EM 2014;** -----

Neste ponto não houve quaisquer intervenções, tendo sido o mesmo colocado a votação, obtendo a sua aprovação por maioria dos presentes com as abstenções dos deputados André Pires, Hermínia Fernandes e Ivete Martins. -----

Foi deliberado ainda aprovar este assunto em minuta. -----

**6 - TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (ANO DE 2014); -----**

Abertas as inscrições para intervir neste ponto, inscreveram-se os seguintes membros: -----

**António Carção:** Confirma também que não é obrigatória e vota contra por taxar os munícipes. -----

**José Almendra:** Não concorda que as empresas taxem os particulares, aliás, essas deviam pagar aos mesmos. -----

**Presidente da Câmara:** Informou que já fez chegar às empresas, que o Concelho não tem rede adequada dos serviços. Que estão atentos para esse facto. -----

Colocado a votação este ponto, foi o mesmo aprovado por maioria, com os votos contra dos deputados António Carção, Ivete Martins, Hermínia Fernandes e Mário Torrão. -----

Foi deliberado ainda aprovar este assunto em minuta. -----

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, agradeceu a presença e as palavras dos intervenientes e deu por concluída a sessão, pelas 11.20 horas, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada nos termos da Lei. -----

O Presidente da Assembleia Municipal:

-----  
Os Secretários da Mesa da Assembleia Municipal:

-----  
-----  
O Secretário da Sessão:

-----